

Família e violência: resquícios da cultura patriarcal

Family and violence: remains of a patriarchal culture

Vânia Conselheiro Sequeira*
Claudia Stella**

Resumo: O objetivo deste trabalho foi mapear e refletir sobre a produção científica referente à violência intrafamiliar, publicada na base de dados Scielo, no período de 1999 a 2011. Quarenta e três artigos foram analisados em profundidade, agrupados nas seguintes categorias: organização e relações familiares; violência conjugal; família em situação de vulnerabilidade e violência intrafamiliar; intervenções com famílias. As considerações finais apontam que as publicações analisadas estabelecem uma relação importante entre exclusão social, falta de acesso a direitos mínimos, cristalização de papéis sociais, moralismo e violência intrafamiliar. A complexidade da temática da violência intrafamiliar faz com que seja indispensável a realização de pesquisas com uma leitura crítica, porque o conhecimento científico, nessa área, historicamente esteve a serviço do controle social (Lasch, 1977/1991).

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Revisão da literatura. Psicologia jurídica.

Abstract: The aim of this study was to map and reflect on the scientific literature about inner family violence published in the Scielo database from 1999 to 2011. Forty-six articles were analyzed and grouped into the following categories: organization and family relationships; domestic violence; families in vulnerable situations and inner family violence; and family interventions. The publications reviewed provide an important link between social exclusion, lack of access to minimum rights, social roles crystallization, morality and violence. The complexity of inner family violence makes it essential to carry out critical research as the scientific knowledge produced in this area has been used as a form of social control (Lasch, 1977/1991).

Keywords: Inner family violence. Literature review. Forensic psychology.

Recebido em: 20/04/2011. Aceito em: 20/03/2012.

* Psicóloga, Psicanalista. Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Doutora em Antropologia em 2005 (PUC/SP). Mestre em Psicologia (Psicologia Social) em 2000 (PUC/SP). Atua como Supervisora de Psicologia Jurídica na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora do Laboratório Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social (LEVV) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Grupo de Pesquisa – CNPq) com pesquisas na área de medidas socioeducativas e violência. São Paulo, Brasil. E-mail: vaniacsequeira@gmail.com

** Psicóloga. Doutora em Educação: História, Política, Sociedade em 2005 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Psicologia (Psicologia Social) em 2000 (PUC/SP). Atua como professora adjunta na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisadora do Laboratório Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social (LEVV) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Grupo de Pesquisa – CNPq). São Paulo, Brasil. E-mail: claudiastella.br@gmail.com

Introdução

No Brasil, existe uma diversidade de configurações familiares que avançam em relação ao modelo tradicional burguês: pais e filhos vivendo em uma mesma casa. Atualmente, temos lares de casais hetero ou homossexuais, sem filhos, famílias monoparentais, casas com filhos adotivos coabitando com filhos biológicos, filhos de ligações anteriores sendo criados como irmãos de novos casamentos e, com os avanços tecnológicos, temos filhos gerados pela reprodução assistida, o que envolve uma discussão da bioética. Essas novas configurações familiares são oriundas das transformações familiares demarcadas pela sociedade na qual a família brasileira e seus membros se desenvolveram.

Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (1933/2003), demonstrou como os europeus influenciaram a formação sociocultural brasileira, mesmo com todos os antagonismos entre as culturas europeia, indígena e africana. O modelo patriarcal foi transmitido por gerações como ideal social, defendido, inclusive, pela Igreja Católica, que esteve presente desde a colonização. Mas a maioria da população no Brasil sempre viveu sob condições diferentes da idealizada pela família burguesa, pois durante a colonização houve uma aculturação que possibilitou arranjos familiares dentro de novas contingências (SAMARA, 1992). O modelo patriarcal de família era dominante entre os latifundiários do nordeste do Brasil, mas em outras regiões do País outros modelos surgiram de acordo com a realidade de cada local. Samara (1992) destaca que, em São Paulo e Minas Gerais, no século XVII, por características econômicas e sociais, predominava um modelo de família mais enxuto do que o modelo da família patriarcal extensa, com mulheres chefiando o grupo familiar, sendo este constituído por ela e os filhos; na maioria das vezes, filhos ilegítimos. Essa *família não oficial*, muitas vezes, formava-se em paralelo à família oficial, composta de acordo com os códigos e interesses sociais. Os colonos se uniam às índias, negras, mas se casavam com as brancas, que vinham do Reino, para estabelecer com elas sua filiação legítima. Era comum uma prática de uniões consensuais, contrária às normas da Igreja (SAMARA, 1992).

Diversas regiões do Brasil adaptaram uma *família patriarcal* com dupla estrutura, ou

seja, um núcleo formado pelo casal e os filhos legítimos, e outro grupo formado por amantes, agregados, filhos ilegítimos; mas sempre houve influência do modelo europeu sobre a moral dos habitantes do Brasil. No século XIX, essa influência ficou mais forte, difundindo o ideal da família burguesa europeia, em que mulheres de classes sociais mais elevadas retiravam-se da vida social para cuidar da família e educar seus filhos (DEL PRIORI, 1997). A influência da cultura patriarcal permeava também a educação dos filhos, que tinha uma formação baseada na obediência às ordens do pai de família. Porém, os homens *pobres* não conseguiam sustentar o papel de mantenedores da família, e como sofriam influência dos ideais da família patriarcal, dominavam suas mulheres violentando-as, agredindo-as (SOIBET, 1997).

Apesar desse ideal, mulheres de famílias *pobres* não podiam se dedicar apenas à vida familiar, pois necessitavam garantir sua sobrevivência, e sempre existiram muitas mulheres como chefes de família no Brasil (SOIBET, 1997).

As dificuldades com a sobrevivência, as longas distâncias e o abastecimento precário criaram uma relação diferenciada com o trabalho. As casas tinham que produzir aquilo de que necessitavam; o trabalho permeava o cotidiano das casas. Encontramos as mulheres trabalhando desde o início da colonização. As índias socavam milho, produziam farinha de mandioca, trançavam fibras, faziam redes e moldavam barro. As portuguesas e as escravas aprenderam a fazer os trabalhos indispensáveis à sobrevivência familiar. As mulheres que ficavam em casa, quando seus maridos saíam em bandeiras, tinham de garantir a sobrevivência, assim como aquelas que os acompanhavam tinham de participar ativamente da construção de uma moradia em regiões difíceis. A mulher arava e limpava a casa, preparava alimentos, comandava escravas e índios domésticos. Era bordadeira, fazia redes, toalhas de mesa, almofadas e mosquiteiros. Tocava a indústria caseira de alimentos indispensáveis à sobrevivência (DEL PRIORI, 1997).

O trabalho das mulheres nas regiões agropecuárias do Sul passou a ser comandar estâncias ou atividades agrícolas. No século XVIII, em Minas Gerais, as mulheres eram atuantes, ocupadas com pequenos comércios, adminis-

tração da casa e dos negócios do companheiro, na ausência dele. Em regiões urbanas, também vemos mulheres trabalhando em pequenos comércios, vendas e na fabricação de alimentos (DEL PRIORI, 1997).

A entrada da mulher no âmbito público do trabalho trouxe uma nova possibilidade de organização familiar, que se distancia do modelo burguês. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE, de 2000, 27% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, o que traz uma nova perspectiva ao aspecto da autoridade no interior familiar. Com isso, a mulher ficou sobrecarregada, tendo de dar conta do trabalho dentro e fora do lar; em contrapartida, teve a possibilidade de maior tomada de decisões referentes à criação dos filhos. Contudo, também é possível encontrar homens participando da vida doméstica e desempenhando um papel ativo na criação dos filhos; nesses casos, as crianças podem ter a experiência de um lar mais igualitário. Esse tipo de organização evidencia a influência da transformação social na família, e vice-versa.

A temática da violência intrafamiliar¹ merece atenção, se considerarmos os números e o silêncio que a envolvem. Os números mostram que ela é crescente e preocupante, e sabemos que eles não representam a realidade desse fenômeno, já que o silêncio faz com que a violência dentro das casas fique escondida, sem denúncia ou testemunha; por isso, os dados referem-se somente aos casos notificados, que representam uma parte pequena do problema. Mesmo assim, os índices de violência são altos, pois tivemos 159.754 casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil (casos notificados entre 1996 e 2007). Com relação às mulheres, pesquisa da OMS (Organização Mundial da Saúde) de 2002 aponta que nos casos dos homicídios praticados contra mulheres em todo o mundo, quase a metade tinha como autor seus maridos ou namorados, atuais ou ex. O que aponta que o problema da violência intrafamiliar é um fenômeno mundial. No Brasil, o

¹ Neste trabalho, entendemos por violência intrafamiliar qualquer ato de abuso físico ou verbal realizado por qualquer um de seus membros, demarcando uma situação de poder de um sobre o outro. É também toda e qualquer omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física e psicológica de alguém. Qualquer ato que possa restringir a liberdade ou afetar o direito ao desenvolvimento pleno de uma pessoa.

relatório de 2006 do Ministério da Justiça aponta que dentre as ocorrências nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 9,4% eram delitos classificados como Violência Doméstica. Podemos perceber que a violência intrafamiliar existe e tem números elevados, e isso justifica a importância de estudá-la. Essa temática ganha destaque e interesse entre os profissionais que precisam desenvolver conhecimento e técnica para intervir nessa área, como verificamos nos artigos levantados. O **objetivo** deste trabalho é mapear e refletir sobre a produção científica referente às questões da violência intrafamiliar, em uma base de dados reconhecida pela comunidade acadêmica por sua qualidade científica.

Método

Entre março e abril de 2011, foi realizada uma busca na base de dados Scientific Electronic Library – Scielo (www.scielo.br) – com as seguintes palavras-chave: violência e família. Foram identificados 135 artigos, distribuídos em diferentes temáticas. Esse material foi lido em sua totalidade, e a maioria dos artigos foi excluída seguindo o critério de seleção daqueles que correspondiam à temática proposta. Portanto, neste artigo, a relação entre família e violência se restringirá aos aspectos da violência que ocorre nas relações familiares. Fizemos a opção por artigos que tiveram como objeto de estudo a família, excluindo as pesquisas que privilegiassem um ator específico. Esta opção metodológica não exclui a compreensão das autoras, de que existem diversos outros aspectos que envolvem a temática da violência familiar. Com isso, 43 artigos, publicados entre 1999 e 2011, foram analisados em profundidade, agrupados por categorias, e serão aqui discutidos. O espaço temporal de 12 anos foi delimitado para proporcionar maior abrangência da produção na área.

Resultados

Quanto aos tipos de estudos, os resultados revelam que 83,72% das publicações selecionadas são caracterizadas por estudos empíricos (um total de 36) e que somente 16,27% (7) correspondem a ensaios teóricos. Desse modo, podemos verificar que há maior preocupação por parte dos pesquisadores em conhecer melhor as

transformações da família na atualidade, assim como suas vivências mais específicas, o que aponta que esse campo de conhecimento está sendo explorado pelos pesquisadores. Dentre as 36 pesquisas empíricas analisadas, notamos que 63,88% usaram o método qualitativo de análise dos dados, sendo que 34,78% combinaram o método quantitativo e o qualitativo, e que apenas 13,88% das pesquisas encontradas utilizaram o método quantitativo. Os resultados mostram que, em relação aos instrumentos de coleta dos dados, houve prevalência do uso de entrevistas em 58,33% das pesquisas. Houve também utilização de observação, 16,66%; de estudo de caso, 13,88%, e análise documental, incluindo prontuários e atendimento, fichas de serviços públicos, 19,44%. O uso predominante de entrevistas pode indicar que os pesquisadores têm uma tendência de querer ouvir e dar voz aos atores sociais que estão envolvidos na temática da violência e família, para mapear este campo de conhecimento em constante movimento e transformação.

Além disso, os dados mostram que, das 36 pesquisas empíricas analisadas, 58,33% tiveram a família (pai, mãe e filhos) como participante dos estudos. O restante da coleta de dados foi diluído em diversos sujeitos: pais, mães, homens, mulheres, homens e mulheres, crianças, adolescentes, e fichas de atendimento de um serviço público. Um total de 25% das pesquisas foi de estudos teóricos, sendo a maior parte revisão da literatura na área, levantamento de estudos a partir de artigos, teses e dissertações sobre a temática específica estudada, e a outra parte foi de revisão conceitual e teórica.

Os resultados quanto à localidade de desenvolvimento dos 36 estudos encontrados na base de dados mostram que a coleta de dados foi realizada principalmente no Rio de Janeiro, em 22,22% das pesquisas; em São Paulo, em 19,44%, e no Rio Grande do Sul, em 19,44%. Outros Estados, como Bahia e Pernambuco, somam 16,66%. Outros somam 22,22%, e encontramos dois estudos fora do Brasil; um deles realizado na Índia e o outro, na Costa Rica. Percebemos que a produção científica brasileira em relação a essa temática ainda está centralizada em polos de desenvolvimento socioeconômico, como no eixo Rio-São Paulo. Talvez ocorram pesquisas em outros estados brasileiros que não estejam

sendo publicadas em revistas da base estudada.

A maioria dos artigos não utiliza uma concepção teórica específica, fazendo uma revisão da literatura temática em 55,55% das pesquisas; contudo, percebemos uma influência de autores da teoria da ecologia do desenvolvimento humano, de Urie Bronfenbrenner, para apoiar teoricamente uma quantidade razoável dos artigos (16,66%). Bronfenbrenner (1996), baseado no psicanalista Spitz, oferece uma maneira de compreender o processo de desenvolvimento, apresentando uma teoria das interconexões ambientais e seus impactos sobre o crescimento psicológico, aspecto importante para os pesquisadores que trabalham com a temática da família. O embasamento psicanalítico também ocorreu em 22,22% dos artigos, mas houve combinação entre psicanálise e literatura, psicodinâmica e antropologia. Houve também estudos embasados na Teoria familiar sistêmica (11,11%). O uso da teoria das representações sociais ocorreu em 2,77%, assim como o uso das Investigações filosóficas, de Wittgenstein, embasou 2,77% dos estudos. A teoria comportamental também esteve presente no estudo da resiliência familiar em 2,77%, sendo que um dos trabalhos de base psicanalítica também teve como base o conceito de resiliência familiar. Chama a atenção a quantidade de referências na área de saúde coletiva, 13,88%.

Outro dado significativo é que 62,79% dos artigos foram publicados nos anos de 2009 e 2010,² o que pode refletir o aumento do interesse na temática por parte dos pesquisadores.

Após a leitura dos textos, tivemos um panorama das pesquisas realizadas na área. São trabalhos que envolvem aspectos importantes, nem sempre muito fáceis de categorizar, uma vez que a temática envolve questões dialéticas da organização familiar e social. Elegemos algumas categorias a partir da identificação das principais questões envolvidas no estudo de família e violência. São elas: violência intrafamiliar e famílias em vulnerabilidade social, violência conjugal, organização e relações familiares e intervenções com famílias.

² Não encontramos nenhum artigo publicado no ano de 2011; nossa pesquisa ocorreu entre março e abril de 2011.

Percebemos que a família é entendida a partir de uma contextualização, com demarcações culturais e socioestruturais específicas. Como exemplo, podemos citar o ensaio teórico da pesquisadora argentina Bringiotti (2005), que aponta a ineficácia de leituras disciplinares sobre família, sejam elas psicológicas ou somente sociais. Porém, os autores, em sua maioria, afirmam que a família possui um tipo de função específica, especialmente no cuidado e educação das crianças pequenas, além de colaborar para que seus membros possam desenvolver seus papéis nas situações sociais. Cabe também à família proporcionar um ambiente afetivo adequado para o desenvolvimento psicológico saudável de seus membros.

Lasch (1977/1991) entende a família como o principal agente reprodutor de normas éticas e regras sociais. Ela produz modos de pensar e hábitos, e devido à sua influência emocional, a união de amor e a disciplina geram um ambiente carregado emocionalmente. Ensinar valores e transmitir cultura não é só algo racional; se o fosse, seria matéria ministrada na escola.

Porém, com o nascimento das ciências humanas, o Estado pode interferir na família com o *status* científico. As ciências humanas ficam a serviço do controle social. Médicos e reformadores do século XIX viram a si mesmos como missionários; levando *esclarecimento aos pagãos*, como no caso da Igreja, deviam combater a depravação e a superstição. Nas três primeiras décadas do século XX surgem as profissões assistenciais. A sociedade, sob o disfarce de uma mãe provedora, invadiu a família e tomou suas funções. Os cientistas sociais substituíram os padres, como provedores de uma nova ética, sujeitando a família a uma ordem externa, aos especialistas. Criou-se uma dependência dos especialistas; a família ficou ainda mais enfraquecida e vacilante frente aos conselhos externos. O excesso de conselhos médicos e psiquiátricos acabou com a confiança dos pais. Os pais passaram a ser vistos como responsáveis pelos fracassos dos filhos e ficaram destituídos de autoridade (LASCH, 1977/1991). Isso interferiu no modo de funcionamento e organização das famílias, fragilizando-as, na medida em que o saber está do lado da ciência e os pais são culpabilizados, sem receber apoio técnico para refletir sobre suas ações.

Organização e relações familiares

O modelo de organização familiar brasileira, ainda hoje, segue alguns atributos, como uma estrutura hierarquizada, na qual se fazem presentes a autoridade masculina, a divisão sexual do trabalho e o tipo de vínculo afetivo com papéis definidos a partir de um modelo patriarcal.

É interessante perceber que as pesquisas enfatizam a necessidade de ampliar a compreensão sobre a família, já que ela sofreu muitas transformações ao longo da história. Narvez e Koller (2006), inclusive, estabelecem relações diretas entre a história de um caso estudado por elas e a configuração da família brasileira que, ao longo dos séculos, foge do modelo patriarcal idealizado, mas seus membros ainda se sentem estigmatizados por isso. Muitos autores preocuparam-se em problematizar a hegemonia do modelo patriarcal (GOMES, *et al*, 2003; Narvez; KOLLER, 2006; COUTO, *et al*, 2006; ARAUJO, 2002). Há uma relação clara entre relações familiares permeadas por relações de poder e violência intrafamiliar. Uma cultura de obediência das mulheres e das crianças ao homem, chefe da família, cultiva relações de dominação e medo, e qualquer desvio desse padrão irá causar conflitos e, possivelmente, violência (NARVEZ; KOLLER, 2006).

Em seu trabalho, Gabatz *et al.* (2010) analisa o significado de cuidado para com crianças vítimas de violência intrafamiliar e conclui que a criança significa dois tipos de cuidados: um relativo a sentimentos de amor e carinho, e outro a cuidados básicos de higiene, e entender essa concepção é importante para a elaboração de estratégias pautadas na preservação de vínculos parentais.

No estudo de Martins *et al.*, de 2007, as famílias que são atendidas em um serviço especializado no interior do Estado de São Paulo concebem suas dinâmicas familiares a partir da violência experimentada, em um processo de negação ou de naturalização desta. Os discursos coletados oscilam entre uma família idealizada e outra real, vivenciando um cotidiano violento, sem recursos e apoio material que facilitem a resolução de parte de seus problemas. Szymanski (1987) realizou uma pesquisa sobre o significado de família, e a partir disso construiu duas categorias interessantes para dar conta da ambiguidade dos discursos: a família pensada

e a família vivida. A primeira traz concepções com base na tradição, nos valores sociais. Já a família vivida se refere ao cotidiano, ao que é vivido no dia a dia familiar. Há uma distância entre essas duas noções, sendo que a família pensada seria equivalente à idealização, e a família vivida estava associada a falhas, decepções, incompetências pessoais.

Essa mesma discrepância entre a família pensada e a família vivida apareceu na pesquisa de Narvez e Koller (2006), com mães de vítimas de incesto; já que mulheres e crianças desejam ter uma família de acordo com a cultura patriarcal, sofrem quando estão fora desse padrão e tendem a se submeter a relações violentas para manter a família unida, transmitindo transgeracionalmente a violência, inclusive a do incesto.

De Antoni e Koller (2000) realizaram uma pesquisa com adolescentes abrigadas por violência intrafamiliar e puderam constatar uma idealização da família, que pode ser entendida como uma defesa das meninas para se protegerem da constatação de sua realidade, marcada pelo abandono e pela violência.

Guerra (2001) também discute o *mito da sagrada família* como algo presente no discurso da mídia e no ideal social, assim como a ideia de boa mãe e bom pai. A violência intrafamiliar ocorre em casos onde haveria desvio de conduta, problemas de personalidade, o que gera outro estereótipo: pai e mãe monstros. Parece que a violência dentro do lar só pode ser entendida pelo imaginário social sob essa ótica estereotipada. Desde a colonização há presença de palmatória e tronco, técnicas correcionais introduzidas no Brasil pelos jesuítas. A criança escrava sofria castigos físicos, açoites, suplícios, além de ficar à disposição de sevícias sexuais dos donos. A violência física como correção esteve presente no cotidiano das famílias durante séculos.

Com relação à educação das crianças, hoje, muitos pais têm a informação do que é a violência intrafamiliar, mas Melo *et al.* (2005) realizaram uma pesquisa sobre família, álcool e violência e constataram que 41,42% das famílias castigam os filhos e 31,42% batem neles, sendo que as formas desses castigos variavam entre colocar de joelhos, gritar, bater com pedaços de madeira, dar surras. Os limites eram dados com comportamentos violentos, apesar do discurso de que as regras deveriam ser estabelecidas pelo

diálogo. E, como aponta o estudo de Biscegli *et al.* (2008),

[...] é difícil, entretanto, avaliar o tênue limite entre os atos educativos e condutas violentas praticados contra a criança e o adolescente, uma vez que em nossa sociedade aplicam-se tradicionalmente métodos disciplinares físicos e verbais e, não, a persuasão, o diálogo e os exemplos (p.4).

Assim, a violência intrafamiliar pode estar no cerne da própria organização da família, que se divide entre as informações que obtém sobre educação e os cuidados das crianças, especialmente na mídia; e as tradições e os aspectos culturais que têm na violência um método eficaz de educação e correção de crianças, além de estar envolvida em todo o jogo de poder presente nos papéis pré-definidos socialmente. É exatamente esta discussão que Mandelbaum e Mandelbaum (2002) fazem sobre a violência inerente à família, a partir da obra de Kafka. Os autores afirmam que Kafka reivindica à família o *status* de um organismo animal, onde todos são parte de um sistema e os filhos se submetem ao poder dos pais. Forças violentas estão presentes nas relações familiares expostas por Kafka em sua obra.

Gomes *et al.* (2007) afirmam que as relações familiares são permeadas por relações de poder; crianças e mulheres obedecem ao homem, autoridade máxima. Esta imposição gera relações familiares permeadas pelo medo, e qualquer desvio é entendido como confronto, podendo gerar conflitos e violência. Os casos de violência contra crianças e jovens são situações marcadas por relações hierárquicas e assimétricas. O processo de disciplina tem uma cultura de punição, geralmente por meio de castigos físicos, o que perpetua a violência intrafamiliar como transgeracional, porque os filhos tendem a reproduzir o sistema educacional que viveram, e também estimula a cultura da violência como forma de resolução de conflitos.

Violência conjugal

A violência conjugal tem seu campo privilegiado nas relações amorosas e é associada à violência doméstica e à violência de gênero. A violência conjugal é composta por agressões físicas e psicológicas, bem como por atos sexuais

violentos; nos artigos pesquisados, esse tipo de violência tem como principal vítima a mulher, e como agressores, seus maridos e companheiros. Ela também pode se expressar na forma de ameaças, chantagens, xingamentos, proibições às amizades ou visitas a parentes, e por atos destrutivos, como jogar fora ou destruir documentos e objetos pessoais, além de matar animais de estimação. Geralmente, as relações violentas obedecem a uma lógica progressiva e cruel, que pode chegar ao extremo dos homicídios (DINIZ, *et al.*, 2003). Vale dizer que homicídios seguidos de suicídios geralmente envolvem relações afetivas dessa ordem, são realizados por homens, e as *vítimas* são: ex-parceiras, parceiras, ex-namoradas, ex-esposas, namoradas e esposas (SÁ; WERLANG, 2007). Bandeira (2009) retoma a legislação e os avanços na garantia de direitos das mulheres, mas conclui que os homens continuam violentos, e o imaginário sobre o feminino e o masculino permeia não só as relações interpessoais como as decisões judiciais.

Historicamente, a mulher tem sido vítima da violência conjugal, mas o estudo de Diniz *et al.* (2003) apontou o outro lado desse tipo de violência. Os homens entrevistados pelo grupo de pesquisadores apontam a mulher também como agressora nas mesmas proporções que o homem dentro de suas relações conjugais. Esse tipo de estudo talvez denuncie os aspectos dinâmicos das relações que envolvem a violência intrafamiliar, apontando resquícios das violências sofridas pelas mulheres ao longo da história, mas também repensando o exercício de poder no interior das famílias com a entrada da mulher no espaço público das relações sociais. Estudos sobre violência conjugal, como por exemplo, o de Gomes *et al.*, 2007, apontam para uma organização familiar pautada em papéis rígidos: à mulher-mãe cabe garantir cuidados e educação a seus filhos, e ao homem cabe ser provedor e chefe da família; há relação entre o papel masculino e a virilidade, o que permite associar a ela atos de agressividade ou de coragem. Esses papéis sociais são reforçados cotidianamente pela cultura patriarcal presente nos ideais sociais. Só foi possível nomear como violência conjugal algo que acontecia há séculos no interior das famílias a partir do movimento feminista dos anos 60, no século XX, quando se começou a rever o lugar da mulher na família e na sociedade.

Em uma pesquisa sobre as concepções de gênero entre homens e mulheres, Couto *et al.*, (2006) mapearam elementos associados ao universo masculino e feminino, e perceberam que ser homem significa exercer com firmeza o papel de provedor material e moral, e que isso garantiria respeito perante os que o rodeiam. Assim como a expectativa sobre as mulheres envolve o cuidado com a casa, os filhos, o marido; enfim, a ela cabe o universo doméstico. Ao masculino, está associada a exterioridade, a dimensão pública da ação, e ao feminino, o mundo interno da casa e do seio familiar.

O ideal de mulher, para os homens, tem referência a comportamentos das parceiras no interior do relacionamento e também responde aos padrões de beleza veiculados pela mídia. Já para as mulheres, a mulher ideal deveria ser independente do homem, no sentido de ter um projeto próprio, ser emancipada e ter uma vida profissional (houve a constatação de que a mulher fica sobrecarregada com as tarefas do lar). Excesso de independência também traria dificuldades no relacionamento porque o homem sentiria uma competitividade da mulher com o papel dele, de provedor. O ideal de homem, para as mulheres, é aquele que estabelecesse uma relação mais igualitária, com atributos como companheirismo, amizade e dedicação; certa cumplicidade do casal no cotidiano permeou o ideal de novo homem. Segundo os homens, o homem ideal para a mulher é aquele que ajuda em casa, é prestativo, gentil e dedicado à família, o homem deve contribuir, mas não deve assumir tarefas que são do universo feminino (COUTO *et al.*, 2006; ARAUJO, 2002).

As pesquisadoras constataram uma associação direta entre virilidade, honra, controle de si, masculinidade e violência, concluindo que a violência conjugal afetiva emerge da impossibilidade de se reproduzir padrões de relacionamento entre os gêneros centrados na diferença, expressa na desigualdade. Ciúmes, traição, insubordinação (expressa no não cumprimento das tarefas de esposa/companheira) e vingança fazem parte dos discursos de homens e mulheres sobre violência conjugal. Contudo, a articulação desses atributos na organização da vida doméstica depende, basicamente, da camada social à qual a família pertence e de seu repertório cultural. Santi, Nakano e Lettiere

(2011) corroboram esse estudo no sentido de que a violência contra a mulher está diretamente relacionada à *subordinação da mulher na sociedade e às tensões nos papéis do feminino e do masculino, constituídos social e historicamente*. Zaluar, 2009, em seu estudo sobre agressão física, compara homens e mulheres, e constata que as mulheres sofrem agressões dentro de suas relações afetivas e familiares, apontando a violência doméstica como consequência do patriarcalismo brasileiro.

Mota, Vasconcelos e Assis (2007) fizeram um estudo sobre o perfil da mulher atendida em um serviço especializado no Rio de Janeiro e estabeleceram uma relação entre alguns tipos de violência e um perfil específico socioeconômico. Por exemplo, a agressão sexual está mais associada à baixa escolaridade; a hipótese levantada pelas autoras é de que mulheres com pouca instrução podem ter dificuldades para perceber e reconhecer a violência que sofrem. Já os casos de lesões corporais graves estão mais associados a mulheres com mais escolaridade, o que levou as autoras a pensar que mulheres mais instruídas podem não aceitar a violência sofrida e revidar, gerando situações de agressões físicas mais graves. A conclusão das autoras é de que baixa renda, pouca escolarização e acesso a informação são condições facilitadoras para a violência conjugal.

Família em situação de vulnerabilidade e violência intrafamiliar

Entre 1996 e 2007 tivemos 159.754 casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes, sendo: 49.481 casos de violência física; 17.482 de violência sexual; 26.590 de violência psicológica; 65.669 de negligência e 532 de violência fatal (LACRI, 2007). Os tipos de violência precisam ser mais bem compreendidos para serem combatidos; podemos citar como exemplo os dois tipos de violência mais comumente praticada contra as crianças: a negligência e a violência física. Encontramos dentre as principais causas de aplicação de medida protetiva de abrigo a negligência. O último levantamento nacional sobre a situação dos abrigos, realizado em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com 589 instituições que receberam recursos do governo

federal revelou que o principal motivo do abrigo de crianças e adolescentes era a pobreza. Silva (2004) afirma que dos 19.373 meninos e meninas abrigados, 24,1% encontravam-se naquela situação por causa da “carência de recursos materiais da família ou responsável” e que 18,8% sofreram abandono por parte dos pais e responsáveis. Sabemos que esse abandono envolve também falta de condições materiais e econômicas; além disso, muitas vezes, os pais ou responsáveis sem condições de prover a manutenção das próprias famílias podem dar margem a outras violações de direitos, como a exploração do trabalho infantil, a violência física e psicológica. Condições precárias de vida são relatadas constantemente pela população nos conselhos tutelares;³ essas condições propiciam, muitas vezes, o surgimento de situações de violência intrafamiliar, que vão desde a surra que a mãe dá no filho que a desobedeceu, depois de passar muitas horas fora de casa, entre trabalho e transporte, e ainda ter de chegar em casa e cuidar dos filhos, da casa, da comida, até brigas de casais por falta de dinheiro, emprego, entre outras situações. A relação entre violência intrafamiliar e violência social, no sentido da exclusão social, é constantemente percebida, na maioria dos casos atendidos, nos conselhos tutelares; muitos dos conflitos estavam ligados a uma cultura de violência, inerente ao processo de formação da sociedade brasileira, principalmente da população *pobre*, cujos direitos a sociedade só atende em situação-limite, indicando a escassa cidadania no Brasil. No cotidiano dos conselhos tutelares, podemos observar o descaso do Estado com relação ao atendimento dos direitos básicos previstos na Constituição, como moradia, educação, saúde e alimentação. As causas de aplicação de medida de proteção são as violações aos direitos das crianças e adolescentes, as quais acontecem dentro das famílias, mas que têm relação com uma violência na qual as famílias estão envolvidas pela ausência de garantia de direitos mínimos.

Essa contextualização é exemplificada no artigo de Barros *et al.* (2009), no qual as auto-

³ A UPM tem parceria com a Secretaria de Participação e Parceria e realiza estágios em psicologia jurídica em diversos conselhos tutelares da cidade de São Paulo.

ras apontam que crianças e adolescentes em situação de rua são um sintoma social de uma realidade política, social, histórica e cultural que embasa todo o tecido social. Em outra pesquisa, Pierantoni e Cabral (2009) concluem que os 44 prontuários de crianças em situação de violência, atendidas em um ambulatório do Rio de Janeiro, descrevem uma intensa relação entre pobreza, baixa escolaridade e gênero.

É interessante notar que, segundo o Ipea (2003), 87% dos pesquisados têm família, sendo que 58,2% mantêm vínculo com seus familiares e recebem visitas periodicamente; e apenas 11,3% do total representam crianças e adolescentes “sem família” ou com “família desaparecida”. Portanto, mais da metade das crianças e dos adolescentes institucionalizados mantêm vínculo com sua família de origem (SILVA, 2004). Essa situação nos faz pensar na importância de estudarmos mais profundamente a relação entre violência e família, pois ela é mais complexa do que imaginamos e está presente nos discursos de culpabilização da família sobre qualquer problema que o indivíduo venha a ter. Neves e Romanelli (2006) chamam a atenção para a importância de pesquisas a respeito de formas de funcionamento dos agrupamentos familiares, pois percebem que há uma cultura de institucionalização infantil, e não de trabalhos preventivos para evitar o rompimento de relações afetivas desgastadas.

Cruz e Assunção (2008) observaram o trabalho de crianças nas ruas de Belo Horizonte e entrevistaram suas famílias. As autoras também verificaram que nessas famílias existia a tradição do trabalho infantil e certa valorização de “começar a trabalhar cedo”. Embora essas famílias contassem com o apoio da vizinhança e de amigos nos cuidados com seus filhos e tentassem ensiná-los a se proteger, o trabalho na rua deixava as crianças vulneráveis a constrangimentos, riscos e violências, por este ser um ambiente nocivo e desfavorável ao seu desenvolvimento.

O estudo de De Antoni, Barone e Koller (2007) identificou que os fatores de risco para a violência física intrafamiliar podem estar relacionados a quatro fatores: 1) papéis familiares, como a paternidade e maternidade na adolescência, sobrecarga de papéis da mãe ou de um

dos filhos, entre outros; 2) patologias, como uso de álcool e drogas, depressão; 3) práticas educativas, como a divergência entre os pais sobre educação dos filhos e a falta de colocação de limites nas crianças; e 4) comportamentos agressivos, como a violência conjugal, entre pais e filhos, e conflitos com a lei. Os autores concluem que a violência física pode ser a manifestação das fragilidades das interações familiares.

Por outro lado, o estudo de Granados e Hernandez, 2009, afirma que entre os fatores de risco para uso de drogas, segundo familiares e amigos de usuários de drogas, estão os conflitos familiares, ausência de figuras de autoridade, falta de comunicação, rejeições, abandonos e negligências. Um total de 95% dos sujeitos dessa pesquisa relataram perceber conflitos e violência familiar nas vivências dos usuários de drogas próximos a eles. Nesse mesmo sentido, temos o estudo de Almeida-Prado e Feres-Carneiro, 2010, sobre causas da obesidade mórbida, apontando a violência familiar e os maus-tratos na infância como aspectos presentes em todas as histórias de vida dos sujeitos estudados.

Reichenheim, Dias e Moraes (2006) pesquisaram 205 domicílios da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de traçar um perfil da co-ocorrência da violência física conjugal e contra filhos, e concluíram que existe uma relação direta entre a violência física ocorrida no âmbito da família e conforme mudaram as características e situações familiares, como, por exemplo, o uso de substâncias psicoativas, a existência de duas ou mais crianças com menos de cinco anos e a condição socioeconômica. Apontaram ainda que o casal que tende a resolver seus conflitos de forma violenta tende também a cometer violência física contra seus filhos. Resultado semelhante tem o estudo de Roque, Ferriani e Silva, de 2008, com famílias sob intervenção judicial na cidade de São Paulo: nos 115 processos pesquisados analisados qualitativamente, o espaço familiar dessas pessoas comporta vulnerabilidades, como perda de parentes próximos por homicídios, prisões e condenações por violências intra e extrafamiliares. São pessoas *pobres* e incapazes de suprir as necessidades básicas de seus integrantes, têm a presença de uso abusivo de drogas e álcool em seu cotidiano, assim como instabilidade profissional e pouco funcionamento

interpessoal. Muitas dessas famílias transferiam parte de suas funções para os serviços sociais da cidade.

Melo *et al.* (2005), em sua pesquisa sobre família, violência e uso de álcool, concluíram que “o uso abusivo de bebidas alcoólicas nos finais de semana, associado a fortes pressões socioeconômicas, estilo educacional rígido e punitivo, ambiente sociocultural complexo e exigente, conduz essas famílias, frequentemente, a comportamentos violentos, impulsionados e modulados por esses mesmos elementos” (p.201).

É preciso muito cuidado ao criar relações causais, como a dos estudos acima, porque o conhecimento científico, muitas vezes, fragmenta a realidade, criando relações que não dão conta da complexidade do fenômeno e servem para estigmatizar a população, a serviço do controle social. Nesse sentido, é importante retomarmos a contribuição de Azevedo (1993) no estudo sobre violência intrafamiliar, no que se refere à discussão sobre a construção de uma teoria crítica da família, porque a autora mostra que o modelo dominante na área, ancorado na teoria sistêmica, ainda se embasa em um pressuposto de causalidade linear, mesmo que tente romper com este paradigma, ainda está presente a ideia de causa da violência ligada a um desvio, individual ou social. Essa teoria crítica poderia contribuir para uma desmistificação do modelo burguês, oferecendo alternativa a esse modelo hierárquico de poder, não desconsiderando diferenças fundamentais de idade e de gênero.

Percebemos que a maioria das pesquisas estudadas apresenta essa visão crítica sobre a família, tentando compreendê-la a partir das transformações sociais e culturais, não legitimando ideologias científicas que criem nexos causais entre experiências infantis traumatizantes e distúrbios psiquiátricos, ou dentro de um modelo social reducionista no qual impera a falsa ideia de que a pobreza leva à frustração e, conseqüentemente, à violência.

Uma pesquisa interessante nesse sentido foi a de Lordelo, Bastos e Alcântara (2002); trata-se de um estudo longitudinal com famílias na periferia de Salvador e a partir da construção da identidade de um adolescente, autor de ato infracional; as autoras discutem se ele é vítima ou agressor, a partir da história de vida desse

jovem, marcada pela violência intrafamiliar, violência na creche e na escola, depois na comunidade, com o entorno comandado pelo tráfico e violência policial. A violência atravessa a vida desse jovem de tal forma que lhe é impossível a construção de uma identidade fora dessa referência, mas um pensamento simplista de que a violência intrafamiliar gerou atos violentos seria uma forma de reduzir o fenômeno e reproduzir aspectos ideológicos de culpabilização da família pelo fracasso de seus membros.

Outro aspecto que pode contribuir para o aumento da vulnerabilidade da família está na violência urbana de que esta pode ser vítima. Perder um ente querido, seja por um acidente de trânsito ou por um homicídio, pode ter um impacto muito alto na família, o que pode refletir na saúde de seus membros e na deterioração de suas relações, como foi demonstrado no estudo de Vieira *et al.* (2009).

As pesquisas sobre violência contra crianças, jovens e mulheres permeiam o universo da maioria dos estudos levantados, porém um aspecto ainda mais silencioso da violência intrafamiliar é a violência contra idosos. Encontramos cinco pesquisas sobre essa temática (Moraes, Apratto Junior; Reichenheim, 2008; Cavalcanti; Souza, 2010; Lima *et al.*, 2010; Deslandes, Souza, 2010, e Apratto Junior, 2010), sendo quatro delas datadas de 2010, o que demonstra uma preocupação recente com essa temática. Essas pesquisas são no âmbito da saúde coletiva e discutem legislações, políticas públicas, diversos equipamentos de saúde e a notificação, o encaminhamento e o atendimento ao idoso e às suas necessidades, dentre elas as decorrentes de situações de violência. Três desses estudos tiveram coleta de dados com profissionais e/ou gestores da área da saúde. Todos os estudos apontam a necessidade de esses profissionais serem capacitados tecnicamente para lidar com as situações de violência e negligência contra o idoso. Apratto Junior (2010) afirma que 90% dos casos de maus-tratos e negligência contra os idosos ocorrem na família ou em instituições asilares. A violência psicológica é muito frequente nessa população (43,2%) e tem conseqüências graves para a saúde do idoso. O silêncio que envolve essa situação pode ser decorrente do medo de perder a fonte de cuidados e afeto, e

de represálias por parte dos cuidadores, ou até mesmo demonstrando um sentimento paternal de justificar e encobrir os erros dos filhos.

Um maior engajamento das equipes de saúde da família pode trazer resultados significativos nessa área, já que a equipe tem o privilégio de ter contato com o grupo familiar no cotidiano e pode ter acesso a informações, dificuldades e problemas que essa família venha passando, com um estreitamento de vínculos que permite um trabalho de intervenção.

O estudo de Azambuja e Nogueira (2009) com uma médica da família, afirma a violência intrafamiliar como algo muito constante na rotina das famílias atendidas. Não só a violência contra mulheres, mas também jovens e crianças de ambos os sexos, o que reforça a importância de qualificar esse profissional para lidar com essa temática.

Intervenções com famílias

Diante de uma temática tão complexa é difícil pensar a intervenção técnica, por isso tantos profissionais se queixam de que as famílias não aderem aos trabalhos propostos, de que as famílias não demonstram interesse ou crença em mudanças; geralmente, as famílias são chamadas pelas escolas, creches, abrigos e instituições para serem *culpabilizadas* pelos erros e fracassos de seus filhos. Por isso, queremos destacar a importância de alguns artigos que trazem relatos de experiência de atendimentos à família. São sistematizações que começam a oferecer respaldo para a construção de uma prática interventiva crítica, ou seja, capaz de colocar o conhecimento das ciências humanas a serviço das famílias, empoderando-as, resgatando seu valor e sua capacidade de ação diante das dificuldades atuais. Nessa linha, encontramos desde trabalhos mais tradicionais no sentido da clínica, da terapia familiar até oficinas de promoção de saúde com famílias em situações de vulnerabilidade.

Benghozi (2005) faz uma discussão sobre o trabalho terapêutico com famílias, numa perspectiva da resiliência familiar compreendida como a capacidade de malhagem dos laços psíquicos; malhar e remalhar são metáforas, dispositivos que permitem trabalhar com a família sua capacidade relacional a partir da teoria dos laços, sendo o laço entendido como laço psíquico de

filiação e afiliação, dando pertencimento vertical e horizontalmente. O sintoma é a tentativa de cerzir o dilaceramento do trauma; a intervenção se dá por meio da reconstrução de uma aliança conjugal, familiar, uma remalhagem para poder responder criativamente ao sintoma. A remalhagem afiliativa repara a desmalhagem do laço de filiação rompido. É preciso buscar dispositivos de apoio no espaço privado, social e comunitário.

Araújo (2002) relata uma experiência de atendimento no Projeto Violência e Gênero, Unesp-Assis, incluindo o *agressor* no atendimento e tendo como referência a discussão de gênero. A violência de gênero é baseada na hierarquia de lugares sociais e sexuais, permeada por jogos de dominação que visem à preservação da organização social de gênero. A abordagem é psicossocial, considerando os múltiplos aspectos da violência: psicodinâmicos, éticos, jurídicos, econômicos, sociais e culturais. O atendimento familiar ocorre nos moldes do grupo operativo; o ponto de partida é a singularidade de cada família, a identificação de suas crenças, valores, resistência, capacidade de mudança e potencial criativo. A partir de uma avaliação inicial, de como a família pensa, sente e se relaciona com o problema, e de que recursos dispõe para transformar sua realidade, desenham-se estratégias de intervenção, que, não devem ser pautadas na moral ou crença do terapeuta do que seria saudável para aquela família, mas “um campo de criatividade onde o saber/fazer terapêutico é constantemente reinventado, recriado e reconstruído, de forma a possibilitar à família uma melhor compreensão da sua realidade” (ARAÚJO, 2002, p.9). A autora destaca que as dificuldades nessa área envolvem profissionais não capacitados, falta de recursos institucionais e o silêncio da vítima.

O despreparo profissional para lidar com questões de violência perpassa discussões de dois artigos. Nunes, Sarti e Ohara (2009) denunciavam a falta de integração entre os profissionais que trabalham com saúde da família e com os diversos setores de atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência intrafamiliar em Campo Grande (MS). Nesta pesquisa, as autoras concluem que esses profissionais apresentam desde dificuldades de formação até o envolvimento emocional em alguns casos. Já o artigo desenvolvido por Luna, Ferreira e Vieira (2010)

aponta a insegurança dos profissionais em notificar os casos de agressões, “uma vez que 55,6% dos participantes da pesquisa identificaram maus-tratos infantis, mas não notificaram” (LUNA; FERREIRA; VIEIRA, 2010, p.489).

A dificuldade dos profissionais também aparece no estudo de Woiski e Rocha, 2010, no qual as autoras apontam a falta de sistematização do cuidado humanizado no trabalho da equipe de enfermagem que lida com o problema de abuso sexual infantil. Estas pesquisas apontam para a necessidade de uma formação continuada no atendimento à violência intrafamiliar, que deve ser iniciada na graduação do profissional.

Meneghel *et al.* (2000) relata oficinas de promoção de saúde em Porto Alegre com famílias em situação fragilizadora (vivência com violência intrafamiliar, drogas, evasão escolar, entre outros). Acompanharam 11 famílias, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, em oficinas com uso de pintura, fotografia, música e dramatização. Os primeiros encontros foram de identificação dos participantes, dos objetivos, dos conflitos familiares, mapeamento de sentimentos dos participantes; depois, foram utilizadas técnicas de reforço a condutas positivas. O grupo era multiprofissional e interdisciplinar, procurava dar apoio socioemocional e desenvolver autoestima, autoconfiança e segurança. A base do projeto estava na circulação do saber estimulando atitudes criativas e terapêuticas dos membros do grupo, respeito à privacidade, a diferentes posicionamentos dos participantes e criação de um espaço de acolhimento. Foi considerada promoção de saúde a capacidade da comunidade de lidar com a melhora da qualidade de vida e saúde, como a criação de ambientes favoráveis, estabelecimento de parcerias, além de considerar a violência como algo a ser enfrentado.

Em termos de intervenção, também merece destaque o artigo de Ferreira, Gonçalves, Marques e Moraes (1999), realizado a partir da prática de um Ambulatório de Atendimento à Família do Hospital Pediátrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi um projeto de prevenção terciária, em situações nas quais a violência já havia ocorrido e tentava-se reduzir sequelas e evitar reincidência. A proposta foi identificar, acompanhar e prevenir recorrências em caso de violência contra crianças e adoles-

centes. A identificação requer uma capacitação dos profissionais para detectar situações de violência intrafamiliar. A abordagem também deve ser cuidadosa para não colocar a criança em maior risco, pois dependendo de como a abordagem for feita, isso poderá afastar a família, em vez de possibilitar o tratamento. O acompanhamento deve ser interdisciplinar, com discussão dos casos, porque as situações são muito diversas e difíceis de serem definidas. É preciso também estar atento à forma como a família lida com a violência e agir de forma respeitosa para que o vínculo possa ser estabelecido, pois se este falhar o acompanhamento ambulatorial será interrompido, e a notificação dos órgãos legais também deve ser feita após o estabelecimento do vínculo para poder oferecer apoio quanto às situações desencadeadas após a notificação. Os autores defendem que ações para a diminuição da violência devem ser estruturadas numa rede de serviços com ações coordenadas que envolvem desde a garantia de direitos mínimos até serviços de atendimentos especializados.

Assim como temos estudos sobre *fatores de risco* para famílias em situação de vulnerabilidade, poderíamos pensar em *fatores de proteção* e empoderamento. No trabalho de De Antoni, Barone e Koller (2007), encontramos o levantamento de três fatores de proteção: 1) a rede de apoio, que é composta de um conjunto de pessoas, instituições e serviços nos quais as famílias podem buscar auxílio emocional, moral e/ou financeiro, evitando o isolamento da família em eventos estressantes, contribuindo para o bem-estar das pessoas; 2) sentimentos de valorização: do trabalho, da formação profissional, como conquistas de futuro, da comunidade, mas especialmente dos membros familiares; 3) desejos de mudanças: representados pelas expectativas de melhoria de vida e das relações intrafamiliares.

Considerações finais

Há uma relação importante entre exclusão social, falta de acesso a direitos mínimos, cristalização de papéis sociais, moralismo e violência intrafamiliar. Se pensarmos em fatores de vulnerabilidade quanto à violência intrafamiliar, encontramos, dentre eles, desigualdade de poder conforme gênero ou idade, papéis e funções

rigidamente estabelecidos e situações de crise, entre as quais o desemprego.

Devemos assinalar que existe uma retroalimentação continuada entre as estruturas macrossociais e o que acontece no interior da família. Essa retroalimentação também ocorre da organização familiar para o todo social e é uma relação tão forte que nas ações de prevenção precisamos pensar em ações em diferentes níveis, de âmbito social, individual, educacional e familiar.

A complexidade da temática da violência intrafamiliar faz com que seja indispensável a realização de pesquisas com uma leitura crítica, porque o conhecimento científico historicamente esteve a serviço do controle social; houve uma invasão da família, por parte do Estado, por meio dos especialistas. Isso somente legitima a lógica da dominação e da submissão, em vez de colocar o conhecimento da psicologia e das ciências humanas a serviço do fortalecimento das famílias.

Gomes *et al.* (2007) apontam que o caminho para a diminuição da violência intrafamiliar está numa reestruturação da família com relações mais simétricas entre homens e mulheres, e entre crianças e adultos, mais respeitadas e saudáveis, com uma desconstrução das relações baseadas no poder de um e submissão de outro. Pessoas significativas afetivamente precisam oferecer para as crianças novos modelos mais igualitários e democráticos. Ao mesmo tempo em que neste campo de estudo encontramos ainda atuações profissionais que reproduzem a dominação social, desapropriando a família de seu poder de autogerenciamento, encontramos alguns profissionais que estão trabalhando com famílias numa linha de empoderamento familiar.

O conceito de empoderamento (*empowerment*) tem sua origem nos países desenvolvidos a partir da década de 1950; no Brasil, ele ganhou força nos anos 1970, com os movimentos sociais. É importante ressaltar o papel da Psicologia Comunitária que, especialmente na década de 1980 e sob a influência das ideias de Paulo Freire, promove discussões e reflexões para a autonomia de diversos grupos sociais, inclusive famílias (Wendhausen; Barbosa; Borba, 2006). O trabalho no sentido de empoderar a família é importante, mas antes devemos destacar de que empoderamento estamos falando. Muitos

estudos e ações profissionais com famílias, que vivenciam em seu cotidiano a violência intrafamiliar acabam por fazer um uso reducionista de estratégias e ações de empoderamento, os quais, ao supervalorizar a responsabilidade individual nas resoluções de seus problemas familiares, levam a culpabilização de indivíduos isolados e da família em particular sobre as mazelas sociais, não levando em consideração os aspectos históricos e macrossociais que conduzem à atual organização familiar e a violência que a permeia.

O empoderamento deve ser considerado como “um processo que conduz à legitimação e dá voz a grupos marginalizados e, ao mesmo tempo, remove barreiras que limitam a produção de uma vida saudável para distintos grupos sociais” (CARVALHO; GESTALDO, 2008, p.4).

No caso da violência intrafamiliar, deveríamos pensar no empoderamento como um fator fundamental de proteção e que poderia permear a atuação de diversas categorias profissionais envolvidas na prevenção e no atendimento de casos de violência. O conceito de empoderamento deve instrumentalizar ações para a superação da desigualdade e da subordinação que envolve a relação de poder entre profissionais e famílias, na qual o poder deve ser exercido com o outro, e não sobre o outro, auxiliando na construção de redes sociais que permitam a esta família ter voz, participar dignamente de suas comunidades e de seu gerenciamento político.

Assim, ações que visam à ampliação da qualidade de vida e, portanto, uma maior justiça social, são estratégias de empoderamento que permitem que indivíduos e suas famílias analisem e atuem em seus contextos e nos desafios que as relações familiares nos impõem no cotidiano da vida nesta sociedade.

Referências

- ALMEIDA-PRADO, M. C. C. de; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Violência familiar: obesidade mórbida e função ômega. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.13, nº 2, jun. 2010, p.190-206.
- APRATTO JUNIOR, P. C. A violência doméstica contra idosos nas áreas de abrangência do Programa Saúde da Família de Niterói (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, nº 6, set. 2010, p.2983-95.

- ARAUJO, M F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.7, nº 2. 2002, p.3-11.
- AZAMBUJA, M. P. R. de; NOGUEIRA, C. Potencialidades investigativas para a violência de gênero: utilização da análise de discurso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, nº 5, dez. 2009, p.1721-30.
- AZEVEDO, M. A. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.
- BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, nº 2, ago. 2009, p.401-38.
- BARROS, P. C. M. *et al.* Era uma casa ...!? discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, nº 3, set. 2009.
- BENGHOZI, P. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v.17; nº 2, 2005, p.101-9.
- BISCEGLI, T. S. *et al.* Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. **Revista Paulista de Pediatria**. São Paulo, v.26, nº 4, 2008, p.366-71.
- BRINGIOTTI, M. I. Las familias en "situación de riesgo" en los casos de violencia familiar y maltrato infantil. **Texto & Contexto - Enfermagem**. Santa Catarina, v. 14, 2005, p.78-85.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, nº 2, 2009, p.2029-40.
- CAVALCANTI, M. L. T.; SOUZA, E. R. de. Percepções de gestores e profissionais de saúde sobre a atenção aos idosos, vítimas de violências no município do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, nº 6, set. 2010, p.2699-708.
- COUTO, M. T. *et al.* Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11(0), 2006, p.1323-32.
- CRUZ, M. N. A.; ASSUNÇÃO, A. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte. **Saúde Social**. São Paulo, v.17, nº 1, 2008, p.131-42.
- DE ANTONI, C.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.23, nº 2, 2007, p.125-32.
- DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intra-familiar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.5, nº 2, 2000, p.347-81.
- DEL PRIORI, M (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto e Unesp, 1997.
- DESLANDES, S. F.; SOUZA, E. R. de. Atendimento pré-hospitalar ao idoso, vítima de violência em cinco capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, nº 6, set. 2010, p.2775-86.
- DINIZ, N. M. F. *et al.* Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. **Revista Escola de Enfermagem. USP**. São Paulo, v.37, nº 2, 2003, p.81-8.
- FERREIRA, A. L. *et al.* A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.4, nº 1, 1999, p.123-30.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 1933/2003.
- GABATZ, R. I. B. . O significado de cuidado para crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.14, nº 1, mar. 2010, p.135-42.
- GOMES, N. P; *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paulista Enfermagem**, São Paulo, v.20, nº 4, 2007, p.504-8.
- GRANADOS HERNANDEZ, M. *et al.* Perspectiva crítica de la familia y de personas cercanas sobre factores de riesgo familiares y comunitarios en el uso de drogas ilícitas en San José, Costa Rica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.17, no.spe, 2009, p.770-5.
- GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2001.

- IBGE. **Censo Demográfico Brasil**, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 05 fev. 2010.
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. Tradução de Ítalo Tronca e Lucia Szmerecsanyi. São Paulo: Paz e Terra, 1977/1991.
- LACRI. **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes: a ponta do iceberg**, 2007. Disponível em <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm#2>. Acesso em: 05 fev. 2010.
- LIMA, M. L. C. de *et al.* Assistência à saúde dos idosos, vítimas de acidentes e violência: uma análise da rede de serviços SUS no Recife (PE, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, nº 6, set. 2010, p.2677-86.
- LORDELO, L. R.; BASTOS, A. C. de S.; ALCÂNTARA, M. A. R. de. Vivendo em contexto de violência: o caso de um adolescente. **Psicologia em Estudo**. Natal, v.7, nº 2, 2002, p.31-40.
- LUNA, G. L. M.; FERREIRA, R. C.; VIEIRA, L. J. E. de S. Notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por profissionais da Equipe Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, nº 2, mar. 2010, p.481-91.
- MANDELBAUM, E.; MANDELBAUM, B. A família de Kafka ou da educação de crianças no interior de um organismo animal. **Psicologia USP**, São Paulo, v.13, nº 2, 2002, p.143-50.
- MARTINS, C. S. *et al.* Family dynamics from the perspective of parents and children involved in domestic violence against children and adolescents. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.15, nº 5, 2007, p.889-94.
- MELO, Z. M. *et al.* Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade de Recife. **Psicologia em Estudo**, Natal, v.10, nº2, 2005, p.201-8.
- MENEGHEL, S, *et al.* Cotidiano violento – oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, nº 1, 2000, p.193-203.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Pesquisa do perfil organizacional das Delegacias especializadas de atendimento à Mulher, 2006**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2010.
- MORAES, C. L. de.; APARATTO JUNIOR, P. C.; REICHENHEIM, M. E. Rompendo o silêncio e suas barreiras: um inquérito domiciliar sobre a violência doméstica contra idosos em área de abrangência do Programa Médico de Família de Niterói. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, nº 10, 2008, p.2289-300.
- MOTA, J. C. D. A.; VASCONCELOS, A. G. G.; ASSIS, S. G. de. Análise de correspondência como estratégia para descrição do perfil da mulher vítima do parceiro atendida em serviço especializado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, nº 3, 2007, p.799-809.
- NARVEZ, M. G.; KOLLER, S. H. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.19, nº 3, 2006, p.395-406.
- NEVES, A. M. S.; ROMANELLI, G. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.23, nº 3, 2006, p.299-306.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Informe Mundial sobre Violência e Saúde**, 2002. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention. Acesso em: 05 fev. 2010.
- PIERANTONI, L. M. de M.; CABRAL, I. E. (2009). Crianças em situação de violência de um ambulatório do Rio de Janeiro: conhecendo seu perfil. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.13, nº 4, dez. 2009, p.699-707.
- REICHENHEIM, M. E.; DIAS, A. S.; MORAES, C. L. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.40, nº 4, 2006, p.595-603.
- ROQUE, E. M. de S. T.; FERRIANI, M. das G. C.; SILVA, M. A. I. Intrafamily violence and justice. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.16, nº 5, 2008, p.908-14.
- SÁ, S. D.; WERLANG, B. S. G. Homicídio seguido de suicídio na cidade de Porto Alegre. **Estudos de Psicologia**, v.24, nº 2, 2007, p.181-9.
- SAMARA, E de M. O que mudou na família brasileira? (da Colônia à atualidade). **Revista Psicologia da USP**, 2002, v.13, nº 2, p.27-48.
- _____. Novas imagens da família “a brasileira”. **Revista Psicologia da USP**, São Paulo, v.3, nº 1-2, 1992, p.59-66.
- SANTI, L. N. de; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v.19, nº 3, set. 2010, p.417-24.

SILVA, E. R. A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, Ipea/Conanda, 2004, p.41-70.

SOIBET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto e Unesp, 1997, p.362-99.

SZYMANSKI, H. **Um estudo sobre os significados de família**. Tese de doutorado PUC/SP, 1987.

VIEIRA, L. J. E. de S. *et al.* Impacto da violência na saúde de famílias em Fortaleza, Ceará. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, nº 5, dez. 2009, p.135-42.

WENDHAUSEN, Á. L. P.; BARBOSA, T. M.; BORBA, M. C. de. Empoderamento e recursos para a participação em conselhos gestores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, nº 3, 2006, p.131-44.

WOISKI, R. O. S.; ROCHA, D. L. B. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.14, nº 1, mar. 2010, p.143-50.

ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, nº 71, out. 2009, p.9-24.